Mostra Científica
FACULDADE CATHEDRAL

A EFETIVIDADE DA ARBITRAGEM FRENTE AO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: benefícios e desafios

Iuly Noronha Gomes
Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Cathedral
iulynoronha90@gmail.com

Séfora Gomes Figueiredo Nentwig Silva
Mestre em Segurança Pública – UERR; Docente do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Cathedral
seforanentwig@yahoo.com.br

RESUMO

A crise de morosidade e a consequente sobrecarga do Poder Judiciário brasileiro têm impulsionado a busca por mecanismos capazes de conferir maior celeridade e racionalidade à pacificação de conflitos, destacando-se o modelo de justiça multiportas e o fenômeno da desjudicialização. Diante desse cenário, questiona-se se a arbitragem representa um mecanismo efetivamente capaz de contribuir para a redução da morosidade do Poder Judiciário brasileiro sem comprometer o acesso à justiça e a segurança jurídica das partes envolvidas. Para responder a essa questão, o presente estudo tem por objetivo geral analisar a efetividade da arbitragem frente ao Poder Judiciário brasileiro, destacando seus benefícios, desafios e contribuições para a resolução de conflitos. Como objetivos específicos, busca-se compreender a evolução legislativa da arbitragem no Brasil, examinar seus princípios e características, identificar suas vantagens em relação ao processo judicial tradicional e analisar suas limitações no cenário jurídico nacional. Quanto à metodologia, a pesquisa possui abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de caráter descritivo e explicativo, com base na análise de produções doutrinárias, legislações e estudos acadêmicos relacionados aos métodos adequados de solução de conflitos. Os resultados indicam que a arbitragem se consolida como um instrumento eficiente de solução de controvérsias, especialmente por sua celeridade e especialização técnica, respeitando as garantias processuais fundamentais, como o contraditório e a força vinculante da sentença arbitral. Contudo, observa-se que o instituto ainda enfrenta desafios relacionados ao seu custo e à sua maior utilização em relações empresariais, o que pode limitar sua expansão e seu alcance social no cenário jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Desjudicialização. Acesso à Justiça. Segurança Jurídica. Solução de Conflitos.